

Covemg entrega relatório final ao Judiciário

Covemg entrega relatório final ao Judiciário 19 de Dezembro de 2017 , 20:09
Atualizado em 20 de Dezembro de 2017 , 10:27

Covemg entrega relatório final ao Judiciário

A Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) entregou na manhã desta terça-feira (19) uma cópia impressa do relatório final do colegiado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Desse modo, a Covemg cumpre com o compromisso de repassar ao Judiciário o documento que contém recomendações aos Três Poderes do Estado de Minas Gerais bem como à sociedade mineira.



O coordenador da Covemg, professor Robson Sávio, e a assessora executiva da Comissão, Helena Amorim, foram recebidos pelo desembargador Geraldo Augusto de Almeida, primeiro vice-presidente do TJMG em encontro que teve como objetivo, além da entrega, a apresentação oficial do material produzido durante quatro anos de pesquisa e as recomendações dirigidas ao Judiciário mineiro.



Dentre as recomendações que envolvem o sistema Judiciário, está a necessidade de se efetivar a digitalização dos processos tramitados antes de 1988 em todos os fóruns das comarcas mineiras e desenvolver políticas de facilitação do acesso de institutos e grupos de pesquisa aos autos de processos que envolvam questões de direitos humanos, e que não tramitem em segredo de Justiça.

O relatório também recomenda a revisão do entendimento jurisprudencial sobre a aplicação da Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979), considerando, entre outros casos, a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund versus Brasil.

O coordenador da Covemg reafirmou ao primeiro vice-presidente do TJMG que as recomendações são o cerne do trabalho da Comissão. "São recomendações dirigidas principalmente aos Três Poderes do Estado de Minas. Sua recepção e implementação não é deferência ao trabalho da Comissão. A implementação das recomendações será sinal de respeito e compromisso dos poderes públicos do nosso estado com todos os mineiros e as mineiras. Demonstrará em que medida os poderes do estado estão comprometidos com os princípios democráticos e os fundamentos da Constituição da República, entre eles a dignidade da pessoa humana, a cidadania e o pluralismo político."



O desembargador expressou contentamento ao receber o documento e destacou a importância do trabalho das comissões da verdade à democracia. Lembrou também que muitos magistrados foram perseguidos durante o período autoritário no estado. E disse que estará empenhado na análise das recomendações da Covemg.

Geraldo Augusto de Almeida informou, ainda, que passará a cópia eletrônica do relatório para a Escola Judicial Edésio Fernandes, para que o conteúdo do documento seja utilizado em cursos voltados aos magistrados de Minas Gerais.

Além das recomendações ao Judiciário, a Covemg elenca sugestões ao Ministério Público e à Defensoria Pública estaduais, como o estímulo à atuação na defesa dos direitos humanos e a criação de grupos de trabalho especializados em Justiça de Transição.

O relatório final da Covemg, que está disponível no [site da Comissão](#), foi lançado no último dia 13 de dezembro em audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e em solenidade no Palácio da Liberdade, com a presença do governador Fernando Pimentel. O documento também faz recomendações ao Legislativo e ao Executivo.

[Enviar para impressão](#)